

Servidores paralisam por melhores salários

da Redação - Os servidores do Judiciário Federal em Mafra realizaram ontem paralisação das atividades por 24 horas para reivindicar a aprovação do Projeto de Lei 6613/09, que revisa o Plano de Cargos e Salários (PCS) da categoria. Sete estados já estão em greve, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Maranhão e Paraíba.

O objetivo é pressionar o governo federal e a cúpula do Judiciário a fecharem um acordo para incluir a previsão do PL na Lei Orçamentária Anual de 2012, em

tramitação na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Segundo o servidor do Judiciário Federal de Mafra, Antônio Rodrigues, desde o ano de 2006 não há reajuste salarial para os trabalhadores da categoria. Além disso, a tramitação do PL 6613/09 está paralisada há mais de um ano na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Rodrigues salienta que os servidores não estão tendo uma remuneração de acordo com o grau de qualificação para o qual foram contratados. "Há um mês

atrás, a presidente Dilma Rousseff pediu para que os parlamentares não aprovassem o reajuste. Com o presidente Lula havia um diálogo mas a Dilma já se manifestou ser contrária", ressaltou Rodrigues.

Em SP, os servidores da Justiça Federal e do TRF entraram em greve por tempo indeterminado desde o dia 27 de setembro e os principais fóruns federais do estado também já aderiram à greve. Em Santa Catarina não há essa mobilização sindical. Rodrigues enfatiza que as audiências marcadas para o dia de



Assessoria

ontem, dia da paralisação, foram realizadas normalmente. Dos 20 servidores do Judiciário Federal, 13 paralisaram, 5 apoiaram o movimento mas assessoraram juízes nas audiências para não prejudicar o cidadão que buscava o julgamento de uma ação previdenciária, entre outras, e dois

funcionários estão de licença médica. "São 13 municípios que o Judiciário Federal de Mafra atende, inclusive Rio Negro", disse Antônio Rodrigues.

A reivindicação é de que o Governo Federal conceda o reajuste salarial de 56%. A categoria quer a mesma equiparação de técnicos

e analistas dos poderes Executivo e Legislativo. A média salarial do Judiciário Federal, sem as gratificações, é de R\$ 2.600 para o técnico básico e R\$ 4.200,00 para o cargo de analista. A greve em Santa Catarina não está descartada, a paralisação de ontem foi um aviso ao governo Dilma.

BR-280

Mobilização